



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL Nº0009263-91.2012.8.17.000 (0235411-6/01)

EMBARGANTE: FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

ADVOGADO: Maria Raquel Santos Pires

EMBARGADOS: EDITE ANICETO MARTINS e OUTROS

ADVOGADO: José Omar de Melo Junior

Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE VÍCIO A CONTAMINAR A COMPREENSÃO DO JULGADO - DESNECESSIDADE DE O ÓRGÃO JULGADOR, SE PRONUNCIE SOBRE TODAS AS QUESTÕES SUSCITADAS PELAS PARTES OU, QUIÇÁ, RESPONDER A QUESTIONÁRIOS - REDISSCUSSÃO DA LIDE COM REVOLVIMENTO DA PROVA - IMPOSSIBILIDADE - IMPERATIVIDADE DE OBSERVÂNCIA DOS LINDES DO ART. 535 DO CPC MESMO PARA A HIPÓTESE DE MANUSEIO DO RECURSO DE INTEGRAÇÃO COM O SÓ FIM DE PROVOCAR O PRÉ-QUESTIONAMENTO EXPLÍCITO - REJEIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. I - A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão. II - Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal, revelando-se incabíveis quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. III. Não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado. IV - Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-



478  
P

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).IV - Rejeição dos embargos. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas. decide a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, CONHECER, mas REJEITAR o recurso de integração, na conformidade do relatório, voto do relator e das inclusas notas taquigráficas, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 23. ABRIL. 2013

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL Nº0009263-91.2012.8.17.000 (0235411-6/01)

EMBARGANTE: FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

ADVOGADO: Maria Raquel Santos Pires

EMBARGADOS: EDITE ANICETO MARTINS e OUTROS

ADVOGADO: José Omar de Melo Junior

Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

RELATÓRIO

1. Trata-se de embargos de declaração opostos pela FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO contra o acórdão de fls. 13/24, emergente do julgamento do Agravo Legal de nº 0235411-6/01, que, por unanimidade, teve o seu provimento negado, restando mantido o *decisum* monocrático que negou seguimento ao apelo da Autora, com esteio no art. 557, *caput*, do código de ritos. O v. Acórdão encontra-se assim ementado:

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO AGRAVO LEGAL Nº0009263-91.2012.8.17.000 (0235411-6/01) AGRAVANTE: FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO ADVOGADO: Maria Raquel Santos Pires AGRAVADO: EDITE ANICETO MARTINS e OUTROS ADVOGADO: José Omar de Melo Junior Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira AGRAVO LEGAL. DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EC 41/2003. O benefício da pensão por morte deve corresponder à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido. É o que estabelece a norma auto-aplicável dos parágrafos 7º e 8º do art. 40 da Constituição Federal. Impende destacar que a jurisprudência pátria se firmou no sentido de que a lei vigente da data do fato gerador do benefício (in casu, a data do óbito) é a que rege os termos de sua concessão, conforme determina o Princípio Tempus Regit Actum. NEGARAM PROVIMENTO AO AGRAVO. ACÓRDÃO Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas. Decide a Primeira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, CONHECER, mas NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de AGRAVO, tudo nos termos do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Recife, 19 de março de 2013. Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA Relator PODER JUDICIÁRIO ESTADO DE PERNAMBUCO TRIBUNAL DE JUSTIÇA Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira



49

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

2. Aduz a embargante, em síntese crítica, como fundamento objetivo do recurso de integração, que a prestação jurisdicional se afigura incompleta, dada a circunstância de que o acórdão embargado restou omissivo e obscuro acerca de pontos relevantes da lide sobre os quais deveria pronunciar-se expressamente.

3. Além disso, que os aclaratórios estão também sendo manuseados com o especial desiderato de provocar o pronunciamento expresso desta Câmara Julgadora sobre dispositivos constitucionais e infraconstitucionais, tudo em ordem a atender ao pressuposto objetivo do pré-questionamento explícito, possibilitando, desse modo, em sendo o caso, a devolução da discussão à instância extraordinária.

4. É o relatório, naquilo que se revela de essencial para o desate da controvérsia.

Recife, 23 de ABRIL de 2013.

  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator



50  
82

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO LEGAL Nº0009263-91.2012.8.17.000 (0235411-6/01)

EMBARGANTE: FUNDAÇÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES DOS SERVIDORES DO ESTADO DE PERNAMBUCO E OUTRO

ADVOGADO: Maria Raquel Santos Pires

EMBARGADOS: EDITE ANICETO MARTINS e OUTROS

ADVOGADO: José Omar de Melo Junior

Relator: Des. Jorge Américo Pereira de Lira

VOTO

Vistos e examinados etc.

1. Alegando a existência de omissões no Acórdão de fls. adveniente do julgamento do Agravo Legal nº 0235411-6/01, Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco opôs os presentes embargos, objetivando a declaração do julgado, no sentido de "...excluir-se das pensões ora debatidas as gratificações de natureza *propter laborem* (C. Sec. Aj. Risco de vida, Gratificação de incentivo, Grat. Inc. Seg. Patrimonial, Insalubridade), ou caso entenda pela inexistência de tal omissão, sejam recebidos os presentes embargos para fins de prequestionamento dos referidos dispositivos legais."

2. Não há cogitar-se da presença de qualquer *vício de procedimento* no acórdão embargado, a justificar o pedido de declaração, desde que os pontos relevantes da lide foram apreciados pelo *decisum* recorrido.

3. O órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio (v. STJ-1ª Turma, AI 169.073-SP-AgRg, rel. Min. José Delgado, j. 4.6.98, negaram provimento, v.u., DJU 17.8.98, p. 44).

4. Neste mesmo sentido, com adequação ao caso:

"O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a



51  
JP

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Perelra de Lira

ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos" (v. RJTJESP 115/207).

5. A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

6. Por esta via, não se tenta modificação, anulação ou referenda do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a espantar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional. Numa palavra: conforme se deduz da ensinança de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima".

7. Na mesma linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

8. O C. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (RTJ 173/29, junho/2000).

9. Nestas condições, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a



52  
g

PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado" (cf. RJTJSP 111/114)".

10. Mais: os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

11. O colendo STJ assentou que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

12. Na espécie, a pretexto da existência de vícios de procedimento, os embargos estão sendo manuseados com o nítido propósito de discutir novamente a lide, inclusive com o revolvimento da prova - o que não é juridicamente possível, posto que a decisão deixou claro que o benefício deve ser mantido tal qual fora obtido quando da data do óbito, até ao momento em que cada agravado perca o direito a auferir o benefício, nos termos da lei.

13. Por estes fundamentos, ante o exposto, incorrente qualquer vício de compreensão e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, VOTO por REJEITAR os embargos, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão - só para argumentar - não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

14. É como voto.

Recife 23 de ABRIL de 2013

DES. JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA  
Relator